

Índice Sistemático

CAPÍTULO I – O CONTRATO EM GERAL.....	1
1. Direitos reais e direitos pessoais.....	1
2. Fontes das obrigações	2
3. Negócios jurídicos e contratos.....	2
4. Ato jurídico, fato jurídico e negócio jurídico.....	3
5. Conceituação do contrato	4
6. Visão histórica.....	7
7. Requisitos extrínsecos para a validade do contrato	10
7.1. Capacidade das partes	10
7.2. Objeto lícito, possível, determinado ou determinável.....	11
7.3. Forma prescrita ou não defesa em lei.....	12
7.4. Licitude do motivo determinante, comum a ambas as partes.....	12
7.5. Não preterição de alguma solenidade essencial no negócio praticado	13
7.6. Inexistência de fraude à lei imperativa	13
7.7. Ausência de expressa declaração de nulidade ou proibição, ou a existência da previsão de outra sanção, se presentes tais vícios	14
7.8. Inexistência de simulação ou presença da transparência e lealdade	15
7.9. Consentimento	16
8. Princípios que regem a formação do contrato.....	17
8.1. Autonomia da vontade	17
8.2. Liberdade e função social do contrato.....	18
8.3. Equivalência das prestações	25
8.4. Supremacia da ordem pública	25
8.5. Obrigatoriedade dos contratos	27
8.5.1. Exceções à obrigatoriedade do contrato derivadas do caso fortuito ou força maior	29
8.5.1.1. Caracterização do caso fortuito ou força maior	29
8.5.1.2. Requisitos do caso fortuito ou força maior	30

8.5.1.3.	Hipóteses possíveis de exoneração	31
8.5.1.4.	Impossibilidade relativa e exoneração da obrigação	32
8.6.	A probidade e a boa-fé.....	34
8.7.	Dirigismo contratual.....	35
9.	Contrato consigo mesmo	36
10.	Distrato	37
 CAPÍTULO II – FORMAÇÃO DOS CONTRATOS.....		39
1.	Manifestação da vontade	39
1.1.	Manifestação expressa da vontade	39
1.2.	Manifestação tácita da vontade	40
2.	Fase preliminar do contrato	42
3.	A proposta	45
3.1.	Proposta sem força obrigatória.....	47
3.2.	Proposta dirigida a pessoas indeterminadas ou oferta ao público	49
3.3.	Caráter autônomo da proposta.....	51
4.	A aceitação	52
4.1.	Aceitação em contrato formado por pessoas presentes e ausentes.....	53
4.2.	Aceitação tardia	54
4.3.	Aceitação tácita.....	55
4.4.	Contraproposta.....	56
4.5.	Retratação da aceitação	57
5.	Momento da formação do contrato e lugar da celebração.....	58
 CAPÍTULO III – CLASSIFICAÇÃO DOS CONTRATOS.....		62
1.	No direito romano.....	62
2.	No direito brasileiro	63
2.1.	Contratos unilaterais ou benéficos e bilaterais ou onerosos.....	63
2.1.1.	A exceção do não adimplemento do contrato.....	65
2.1.2.	Condição resolutiva tácita	68
2.1.3.	Responsabilidade dos contratantes nos contratos bilaterais ou onerosos e unilaterais ou benéficos	69
2.2.	Contratos gratuitos e onerosos	70
2.3.	Contratos comutativos e aleatórios.....	72
2.4.	Contratos nominados (ou típicos) e os inominados (ou atípicos)	73
2.5.	Contratos reais, formais e consensuais.....	74

2.6.	Contratos mistos e coligados	75
2.7.	Contratos instantâneos, sucessivos e de execução diferida	77
2.7.1.	Contratos instantâneos e sucessivos.....	77
2.7.2.	Contratos de execução diferida.....	79
2.7.3.	Contratos sucessivos e de execução diferida e aplicação da lei no tempo.....	79
2.8.	Contratos principais e acessórios	81
2.9.	Contratos por tempo determinado e por tempo indeterminado.....	81
2.10.	Contratos formados em consideração da pessoa e contratos impessoais	82
2.11.	Contratos derivados ou subcontratos.....	83
2.11.1.	Pressupostos	84
2.11.2.	Autorização para subcontratar	85
2.11.3.	Subcontrato e cessão de contrato.....	86
2.11.4.	Efeitos do subcontrato.....	87
2.12.	Contratos individuais e coletivos	88
2.13.	Negócio ou contrato indireto.....	90
2.13.1.	Concepções doutrinárias	90
2.13.2.	Configuração do objetivo visado	91
2.13.3.	Voluntariedade na busca do objetivo diverso daquele constante no contrato.....	91
2.13.4.	Aplicações do negócio indireto no direito atual	92
2.14.	Contrato de adesão.....	93
2.14.1.	Espécies exemplificativas de contrato de adesão	95
2.14.2.	Interpretação	98
2.15.	Contratos standardizados, ou celebrados em massa.....	101
2.16.	Contratos eletrônicos.....	101
CAPÍTULO IV – EXTERIORIZAÇÃO DOS CONTRATOS		106
1.	Lugar da celebração e prova do contrato.....	106
2.	Publicidade do contrato.....	109
3.	Direito de arrependimento.....	113
3.1.	Direito de arrependimento nos contratos de promessa de compra e venda de terrenos ou de unidades condominiais na incorporação imobiliária ...	114
3.1.1.	Direito de arrependimento de parte do promitente vendedor ...	114
3.1.2.	Direito de arrependimento ou desistência de parte do promitente adquirente e a Lei nº 13.786/2018.....	116

3.1.2.1.	Tratamento jurídico de acordo com a jurisprudência formada até o advento da Lei nº 13.786/2018.....	116
3.1.2.2.	Tratamento jurídico de acordo com a Lei nº 13.786/2018 relativamente a unidades condominiais	119
3.1.2.3.	Tratamento jurídico de acordo com a Lei nº 13.786/2018 relativamente aos contratos de promessa de compra e venda em loteamentos.....	123
4.	A impossibilidade do cumprimento nos contratos com obrigação de fazer	126
5.	Interpretação dos contratos.....	127
CAPÍTULO V – OBJETO DO CONTRATO		134
1.	Objeto do contrato e objeto da obrigação	134
2.	Requisitos do objeto do contrato.....	135
2.1.	Possibilidade da prestação.....	135
2.2.	Utilidade da prestação	135
2.3.	Licitude da prestação	135
CAPÍTULO VI – TEORIA DA IMPREVISÃO E REVISÃO DOS CONTRATOS.....		137
1.	Caracterização.....	137
2.	Aplicação	139
3.	Previsão de reajustamento de valores nos contratos.....	142
CAPÍTULO VII – ESTIPULAÇÃO EM FAVOR DE TERCEIRO E PROMESSA DE FATO DE TERCEIRO		143
1.	Caracterização da estipulação.....	143
2.	Tipificação do contrato	145
3.	Consentimento do terceiro	145
4.	Exigibilidade da prestação na estipulação.....	145
5.	Substituição do terceiro beneficiário na estipulação.....	146
6.	Pessoas indeterminadas.....	147
7.	Promessa de fato de terceiro	147
CAPÍTULO VIII – ARRAS		149
1.	Conceito.....	149
2.	Natureza jurídica	150
3.	Espécies.....	150
4.	Arras e indenização por perdas e danos.....	154
5.	Arras e cláusula penal	155

CAPÍTULO IX – CESSÃO DO CONTRATO	157
1. Conceito.....	157
2. Pessoas que intervêm na cessão do contrato e requisitos.....	157
3. Distinção entre cessão de crédito e cessão de contrato	159
4. Forma da cessão de contrato.....	159
5. Espécies de cessão de contrato.....	160
6. Efeitos da cessão de contrato	161
7. Hipóteses comuns de cessão de contrato	162
CAPÍTULO X – VÍCIOS REDIBITÓRIOS	164
1. Caracterização.....	164
2. Requisitos configuradores dos vícios redibitórios	165
3. Conhecimento ou desconhecimento dos vícios pelo alienante	167
4. Perecimento da coisa.....	167
5. Vendas judiciais	168
6. Ações asseguradas ao adquirente	168
7. Erro e vício redibitório.....	169
8. Cláusula de renúncia à responsabilidade pelos vícios redibitórios.....	171
9. Prazo de decadência do direito.....	171
10. Prazos no Código de Defesa do Consumidor	173
CAPÍTULO XI – EVICÇÃO	175
1. Caracterização.....	175
2. Requisitos	176
3. Contratos a que se aplica a evicção	178
4. Reforço, diminuição ou exclusão da garantia.....	179
5. Prestações devidas ao evicto	180
6. Evicção parcial	181
7. Responsabilidade do alienante nas deteriorações da coisa adquirida.....	182
CAPÍTULO XII – CONTRATOS ALEATÓRIOS	183
1. Caracterização.....	183
2. Coisas ou fatos futuros com o risco de não virem a existir.....	184
3. Coisas futuras com o risco de virem a existir em qualquer quantidade	184
4. Coisas existentes expostas a risco.....	185

CAPÍTULO XIII – CONTRATO PRELIMINAR	186
1. Conceito.....	186
2. Requisitos	187
3. Execução coativa do contrato preliminar.....	187
4. Promessa de contrato unilateral	189
CAPÍTULO XIV – CONTRATO COM PESSOA A DECLARAR	190
1. Tipicidade da figura	190
2. Condições para a configuração.....	191
3. Momento da vigência dos efeitos na formalização da transferência	192
4. Casos de eficácia restrita aos contratantes originários	192
CAPÍTULO XV – EXTINÇÃO DOS CONTRATOS	194
1. Causas de extinção	194
2. Contratos inexistentes e contratos nulos.....	195
2.1. Discriminação das nulidades.....	197
2.1.1. Contrato celebrado por pessoa menor de dezesseis anos.....	197
2.1.2. O contrato em que for ilícito, impossível ou indeterminável seu objeto	198
2.1.3. O contrato no qual há ilicitude do motivo determinante comum a ambas as partes.....	199
2.1.4. Contratos não revestidos da forma especial prevista em lei	200
2.1.5. Contratos nulos por preterição de alguma solenidade considerada essencial pela lei	200
2.1.6. Contratos com o objetivo de fraudar lei imperativa	201
2.1.7. Contratos que a lei considera nulos ou proíbe a prática sem cominar sanção	201
2.1.8. Contratos nulos por simulação	203
2.1.8.1. Características e requisitos	204
2.1.8.2. Espécies	205
2.1.8.3. Simulação e dissimulação	205
2.1.8.4. Reserva mental.....	205
2.1.8.5. Simulação na interposição de pessoa.....	206
2.1.8.6. Simulação através de declaração, confissão ou condição não verdadeira.....	206
2.1.8.7. Simulação de data	206
2.1.8.8. Alegação da simulação pelos próprios contratantes....	206
2.1.8.9. Legitimidade para arguir a simulação.....	207

3. Contratos anuláveis	208
3.1. Contratos anuláveis por incapacidade relativa do agente	209
3.1.1. Os maiores de 16 e menores de 18 anos.....	209
3.1.2. Os ébrios habituais e os viciados em tóxicos.....	210
3.1.3. Aqueles que, por causa transitória ou permanente, não puderem expressir sua vontade.....	212
3.1.4. Os pródigos.....	217
3.1.5. Os indígenas	218
3.1.6. Capacidade civil do preso condenado.....	219
3.1.7. Os cegos.....	220
3.1.8. A capacidade relativa do marido e da mulher para certos con- tratos	220
3.2. Contratos anuláveis por vícios de consentimento	223
3.2.1. Erro ou ignorância.....	223
3.2.2. Dolo	226
3.2.3. Coação.....	229
3.2.4. O estado de perigo	231
3.2.5. A lesão no direito.....	232
3.2.6. Fraude contra credores.....	239
4. Resolução das obrigações pelo inadimplemento.....	249
4.1. Espécies de inadimplemento	251
4.2. Resolução de obrigações contemplada em lei	253
4.3. Caminhos oferecidos ao credor frente ao inadimplemento	253
4.4. Cumprimento imperfeito e a resolução.....	254
4.5. Defesas do inadimplente e exceção do contrato não cumprido.....	259
4.6. Efeitos da resolução.....	261
4.7. Cláusula resolutiva expressa	262
4.8. Cláusula de decaimento.....	265
4.9. Modos de resolução	266
4.10. Situações especiais que comportam a resolução e a revisão.....	267
5. Extinção do contrato por acordo mútuo ou decisão de um dos contratantes.....	273
6. A exceção do não cumprimento do contrato como causa de rescisão	275
CAPÍTULO XVI – COMPRA E VENDA	277
1. Da permuta à compra e venda.....	277
2. Sistemas jurídicos na concepção da compra e venda	278

3. Definição de compra e venda.....	280
4. Compra e venda pura.....	281
5. Características.....	281
6. Elementos da compra e venda	282
6.1. O consentimento	282
6.2. O preço	283
6.3. A coisa.....	288
6.3.1. Venda de coisa atual ou futura	289
6.3.2. Venda de coisa alheia.....	290
6.3.3. Venda de coisa litigiosa	292
6.3.4. Vendas e pactos sucessórios	293
6.3.5. Vício oculto de coisas vendidas conjuntamente	294
6.3.6. Transferência da coisa e de direitos sobre o bem.....	295
6.4. Forma.....	296
7. Obrigações do vendedor e do comprador.....	297
7.1. Relativamente ao vendedor.....	297
7.2. Relativamente ao comprador.....	298
8. Capacidade nos contratos de compra e venda.....	299
9. Os riscos da coisa na compra e venda.....	301
10. Garantias reconhecidas ao vendedor não pago na compra e venda.....	303
11. Despesas de transferência e responsabilidades sobre débitos anteriores	304
12. Retenção da coisa ou do preço.....	305
CAPÍTULO XVII – FORMAS ESPECIAIS DE COMPRA E VENDA	307
1. Compra e venda à vista de amostras, protótipos ou modelos	307
2. A retrovenda.....	308
3. A venda a contento e a sujeita à prova.....	311
4. Preempção ou preferência.....	314
5. Pacto do melhor comprador	317
6. Pacto comissório.....	318
6.1. Pacto comissório expresso e tácito. Implicações na interpelação	320
6.2. Pacto comissório e pagamento do preço mediante notas promissórias <i>pro soluto e pro solvendo</i>	322
6.3. Pacto comissório e a interpelação	323
6.4. Contratos em que é proibido o pacto comissório	324
6.5. Pacto comissório e dação em pagamento	325

7.	Venda <i>ad corpus</i> e venda <i>ad mensuram</i>	326
7.1.	Espécies de venda <i>ad corpus</i> e venda <i>ad mensuram</i>	327
7.2.	Falta de área na venda <i>ad mensuram</i>	329
7.3.	Alternativas judiciais oferecidas ao comprador	330
7.4.	Excesso de área na venda.....	331
7.5.	Falta de área nas vendas judiciais.....	332
7.6.	Decadência do direito de invocar a falta ou o excesso de área.....	332
8.	Venda de quinhão em coisa comum	333
8.1.	Conceito de indivisibilidade	334
8.2.	Venda de coisa comum em bens divisíveis	335
8.3.	Condições para o condômino exercer o direito de preferência	336
8.4.	Inexistência do direito de preferência em alienações diversas da compra e venda	336
8.5.	Bens com benfeitorias e direito de preferência.....	337
8.6.	Preferência no condomínio horizontal, fracionado em apartamentos	337
8.7.	Direito de preferência entre locatário e condômino.....	338
9.	Venda de ascendente a descendente	339
9.1.	Anulabilidade da venda.....	340
9.2.	A venda por interposta pessoa	341
9.3.	O consentimento dos demais descendentes e do cônjuge do alienante.....	343
9.4.	Consentimento do cônjuge do descendente que anuir	344
9.5.	A necessidade do prejuízo aos demais descendentes e da prova da fraude....	345
9.6.	Oportunidade para a propositura da ação	345
9.7.	Prazo de decadência.....	346
9.8.	Venda de descendente a ascendente	347
9.9.	Venda anterior ao reconhecimento da paternidade	347
10.	Venda de bens entre cônjuges.....	349
11.	Venda com reserva de domínio	349
11.1.	Conceito.....	350
11.2.	Elementos característicos.....	350
11.3.	Distinção das figuras afins ou semelhantes.....	353
11.4.	Disponibilidade da coisa pelo comprador	353
11.5.	Cobrança da dívida por meio do processo de execução ou do procedimento comum	354
11.6.	Apreensão e depósito da coisa através da ação de reintegração de posse	357
11.7.	Transferência dos direitos no contrato de reserva de domínio	360

11.8. Responsabilidade pelos riscos	360
11.9. Financiamento do preço.....	361
12. Venda sobre documentos	362
12.1. Impossibilidade de recusa do pagamento	362
12.2. Efetivação do pagamento	363
12.3. Entrega dos documentos e apólice de seguro	363
12.4. Efetivação do pagamento por estabelecimento bancário.....	364
CAPÍTULO XVIII – PROMESSA DE COMPRA E VENDA.....	366
1. Definição de contrato de promessa de compra e venda. Imóveis loteados e imóveis não loteados	366
2. Fins do contrato.....	367
3. Natureza obrigacional da promessa	368
4. Obrigação de fazer e execução coativa	369
5. Pré-contrato de promessa de compra e venda.....	370
5.1. Execução coativa do pré-contrato e das formas assemelhadas	371
5.2. O registro pré-contrato.....	372
6. Promessa de compra e venda e direito real.....	372
7. Efeitos do registro do compromisso e direito REAL	374
8. Comparações entre promessa e escritura pública definitiva de compra e venda....	374
9. Efeitos reais do compromisso registrado.....	375
10. Compromisso e ação reivindicatória	376
11. Forma da promessa de compra e venda	378
11.1. Em imóveis loteados	378
11.2. Em imóveis não loteados.....	379
12. Cancelamento do contrato no registro de imóveis	380
12.1. Contratos atinentes a imóveis loteados e intimações	381
12.2. Cancelamento dos contratos atinentes a imóveis não loteados	382
12.3. Mora do promitente comprador em receber a escritura.....	383
13. Cláusula penal e devolução das quantias pagas.....	384
13.1. Nas promessas de imóveis loteados e devolução do valor pago.....	384
13.2. Nas promessas de imóveis não loteados.....	386
13.3. Critério para estabelecer a redução.....	387
14. Arrependimento do loteador ou promitente vendedor.....	388
14.1. Nos imóveis loteados	388
14.2. Nos imóveis não loteados.....	389

14.3. Arrependimento e cláusula resolutiva expressa	390
15. Purgação da mora nas prestações em atraso.....	391
15.1. Nas promessas de compra e venda registradas, de imóveis loteados ou não	391
15.2. Promessas de compra e venda não registradas de imóveis loteados ou não	392
15.3. Notificação do cônjuge para a purga da mora	393
16. Adjudicação compulsória ou ação de obrigação de emissão de declaração de vontade.....	394
16.1. Procedimento da adjudicação e da ação de emissão de declaração de vontade.....	395
16.2. Condições para a propositura da ação. Necessidade ou não do registro do contrato.....	395
16.3. Adjudicação compulsória e execução específica através do art. 501 do Código de Processo Civil	396
CAPÍTULO XIX – TROCA OU PERMUTA	398
1. Caracterização.....	398
2. Tratamento legal específico	398
3. Bens objeto de troca ou permuta.....	399
CAPÍTULO XX – CONTRATO ESTIMATÓRIO	400
1. Conceito.....	400
2. Natureza do contrato	401
3. Impossibilidade de restituição da coisa	402
4. Proibição de medidas restritivas sobre a coisa transferida em consignação	402
5. Indisponibilidade da coisa pelo consignante antes da restituição	403
CAPÍTULO XXI – DOAÇÃO	405
1. Conceituação.....	405
2. Elementos componentes da doação	406
3. Capacidade das partes.....	409
3.1. Capacidade ativa e desnecessidade do consentimento dos demais herdeiros e do cônjuge	409
3.2. Doações realizadas por cônjuges entre si, por menores, mandatários, tutores e curadores	409
3.3. Doações entre concubinos	411

3.4.	Doações entre concubinos feitas por pessoas solteiras, viúvas e separadas ou divorciadas	412
3.5.	Capacidade passiva	412
4.	Forma do contrato	413
5.	Promessa de doação	415
6.	Espécies de doações	418
7.	Juros moratórios e evicção	430
8.	Nulidades da doação	431
8.1.	Doação universal, sem reserva do suficiente para a subsistência	431
8.2.	Doação que exceder a meação disponível	431
8.3.	Incapacidade do doador e vícios da vontade	434
9.	Revogação da doação por ingratidão	434
9.1.	Causas de revogação	435
9.1.1.	Atentado contra a vida do doador ou a prática de crime de homicídio contra ele	436
9.1.2.	Ofensa física	437
9.1.3.	Injúria grave ou calúnia	437
9.1.4.	Recusa à prestação de alimentos	438
9.2.	Doações insuscetíveis de revogação por ingratidão	438
9.3.	Revogação e direitos de terceiros	439
9.4.	Prazo para promover a revogação	440
10.	Revogação da doação por descumprimento de encargo	441
CAPÍTULO XXII – LOCAÇÃO		443
1.	Espécies no direito romano e no direito vigente. Conceituação	443
2.	Características da locação	445
3.	Locação de coisas	446
3.1.	Locação de prédios	447
3.1.1.	Prédios rurais e urbanos	447
3.1.2.	Prédios residenciais e não residenciais	448
4.	Visão crítica, panorâmica e histórica da legislação locatícia	449
5.	Locações reguladas pelo Código Civil	452
6.	Normas do Código Civil aplicáveis às locações excluídas da Lei nº 8.245/1991	453
7.	Locações reguladas pela Lei nº 8.245/1991	456
8.	Prazo do contrato de locação de prédios	457
9.	A fixação do aluguel	459

10. Obrigações do locador e do locatário	460
11. Locações coletivas multifamiliares.....	465
12. Locações mistas	466
13. Locações de shopping centers e de imóveis a adquirir, ou a construir, ou a reformar.....	467
14. Locação para temporada	474
15. Locação de imóvel para a residência dos diretores e representantes do locatário....	475
16. Locação de prédios rurais.....	475
17. Locação de imóveis da União, dos Estados e dos Municípios.....	480
18. Resolução da locação	481
18.1. Situações comuns às locações residenciais e não residenciais.....	482
18.2. Especificamente quanto às locações residenciais	483
18.3. Especificamente quanto às locações não residenciais.....	487
18.4. Resolução da locação pelo locatário	489
19. Preferência do locatário na transferência do imóvel	490
20. Penalidades criminais e civis.....	491
21. Locações não residenciais por cinco ou mais anos de duração.....	492
21.1. Requisitos para a renovação.....	492
21.2. Titularidade do direito.....	494
21.3. Requisitos, procedimento judicial e a defesa do locador na ação renovatória	496
21.4. Indenização em favor do locatário.....	500
22. Procedimentos judiciais nas ações envolvendo locações	501
22.1. Ação de despejo	503
22.1.1. Desocupação liminar no começo da ação	503
22.1.2. Documentos necessários para o ingresso da ação	505
22.1.3. Emenda da mora no despejo por falta de pagamento.....	506
22.1.4. Cumulação do despejo com a cobrança de aluguéis.....	508
22.1.5. Efeito devolutivo da apelação concessiva do despejo e caução....	509
22.1.6. Prazos para a desocupação	511
22.2. Ação de consignação de aluguéis	513
22.3. Ação revisional	515
23. Garantias no contrato de locação	518
23.1. A caução	519
23.2. A fiança e penhorabilidade	520

23.3. O seguro-fiança.....	530
23.4. Cessão fiduciária de quotas de fundo de investimento	532
24. Retenção por benfeitorias necessárias ou úteis	532
25. Sublocação e cessão, empréstimo e sub-rogação da locação	534
26. Aplicação do Código de Defesa do Consumidor às locações.....	537
27. Aplicação da lei no tempo	540
CAPÍTULO XXIII – GESTÃO DE NEGÓCIOS	541
1. Conceito.....	541
2. Características.....	543
3. Obrigações e responsabilidades do gestor.....	544
4. Obrigações e responsabilidades do dono do negócio.....	545
5. Ratificação da gestão pelo dono do negócio	546
6. Desaprovação da gestão.....	546
7. Negócios comuns do gestor e do dono	547
CAPÍTULO XXIV – COMODATO	548
1. Conceito.....	548
2. Características e natureza.....	549
3. Capacidade contratual no comodato	550
4. Objeto.....	550
5. Formação e prova do contrato	551
6. Prazo.....	551
7. Obrigações do comodatário.....	553
8. Obrigações do comodante.....	554
9. Riscos pelo uso da coisa.....	554
10. Restituição da coisa	555
10.1. Interpelação.....	555
10.2. Ação própria para conseguir a restituição	556
11. Extinção do comodato	557
12. Pagamento de aluguel e retenção por benfeitorias.....	559
13. Comodato modal.....	560
CAPÍTULO XXV – MÚTUO	561
1. Conceito.....	561
2. Características do contrato.....	562

3. Capacidade para contrair O mútuo	563
4. Objeto do mútuo	564
5. Mútuo oneroso e juros	565
6. Juros no mútuo bancário	568
7. Obrigações e direitos do mutuante e do mutuário.....	571
8. Extinção do mútuo.....	572
CAPÍTULO XXVI – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.....	573
1. Definição e elementos.....	573
2. Forma de celebração	576
3. Independência hierárquica na prestação dos serviços	576
4. Objeto da prestação de serviços e institutos afins.....	576
5. Duração do contrato	579
6. Término e resolução do contrato.....	580
7. Falta de habilitação do prestador do serviço	581
8. Transferência do contrato e aliciamento de pessoas.....	582
9. O trabalho doméstico	583
CAPÍTULO XXVII – EMPREITADA.....	594
1. Conceito e características	594
2. Espécies.....	596
3. Forma.....	598
4. Redução do preço da obra.....	598
5. Alterações do projeto pelo dono da obra	599
6. Obrigações e responsabilidade do empreiteiro	600
7. Obrigações e responsabilidade do dono da obra	604
8. Direito de retenção.....	605
9. Responsabilidade pelos danos causados a terceiros.....	606
10. Obras extraordinárias	607
11. Extinção e suspensão do contrato	608
12. Subempreitada	611
CAPÍTULO XXVIII – DEPÓSITO	613
1. Aspectos gerais.....	613
2. Elementos componentes.....	613

3. Características.....	616
4. Classificação	617
4.1. Depósito voluntário e depósito necessário	617
4.2. Depósito gratuito e depósito oneroso.....	618
4.3. Depósito regular e depósito irregular.....	619
4.4. Depósito mercantil e depósito civil.....	621
4.5. Depósito resultante de contrato de hospedagem	622
4.6. Depósito judicial.....	623
5. Forma.....	624
6. Promessa de depósito.....	624
7. Obrigações do depositante.....	625
8. Obrigações do depositário	626
9. Perda da coisa depositada.....	630
10. Venda da coisa pelo herdeiro do depositário.....	630
11. Superveniência de incapacidade do depositário	630
12. Extinção do depósito	631
13. Prisão do depositário infiel e o procedimento para a recuperação do bem depositado	632
14. Depósito sem tradição da coisa	635
CAPÍTULO XXIX – MANDATO	638
1. Conceito e características.....	638
2. Elementos constitutivos.....	639
3. Capacidade para constituir mandatário	640
3.1. Pessoas com incapacidade absoluta e relativa para os atos da vida civil....	640
3.2. Capacidade dos cônjuges em outorgar procuração isoladamente.....	641
3.3. Necessidade da outorga pelos cônjuges em conjunto.....	642
4. Capacidade para ser mandatário.....	643
5. Formas e requisitos do mandato	644
6. Substabelecimento.....	648
7. Aceitação do mandato	650
8. Ratificação	651
9. Espécies de mandatos	652
9.1. Mandato gratuito e mandato remunerado.....	652
9.2. Mandato <i>ad judicium</i> e mandato <i>ad negotia</i>	655
9.3. Mandato civil e mandato mercantil.....	655

9.4. Mandato especial e mandato geral.....	655
9.5. Mandato em termos gerais e mandato com poderes especiais.....	656
9.6. Mandato em conjunto, solidário, sucessivo e fracionário.....	658
9.7. Mandato judicial e prerrogativas dos advogados.....	658
9.8. Mandato passado ao credor pelo devedor.....	664
9.9. Procuração em causa própria.....	666
9.9.1. Conceito e natureza jurídica.....	667
9.9.2. Transmissão de domínio.....	668
9.9.3. Caráter de irrevogabilidade.....	669
9.9.4. Desnecessidade de prestação de contas.....	671
9.10. Cláusula mandato.....	671
10. Obrigações do mandatário.....	671
11. Obrigações do mandante.....	673
12. Direito de retenção.....	675
13. Extinção do mandato.....	675
13.1. Revogação.....	676
13.1.1. Efeitos em relação aos terceiros quanto à revogação.....	677
13.1.2. Mandato irrevogável.....	677
13.1.3. Irrevogabilidade do substabelecimento.....	679
13.2. Renúncia.....	679
13.3. Morte ou interdição de uma das partes.....	680
13.4. Mudança de estado do mandante ou do mandatário.....	681
13.5. Término do prazo ou conclusão do negócio.....	681
CAPÍTULO XXX – COMISSÃO.....	683
1. Caracterização.....	683
2. Obrigações do comissário em relação ao comitente.....	685
3. Obrigações do comissário em relação a terceiros.....	686
4. Direitos do comissário.....	687
5. Direitos e deveres do comitente.....	688
6. Responsabilidade do comissário.....	689
7. Comissão <i>del credere</i>	690
CAPÍTULO XXXI – DA AGÊNCIA.....	691
1. Caracterização.....	691
2. Elementos.....	692

3. Distinções	693
4. Requisitos do contrato escrito	695
5. Remuneração	696
6. Condições para ser agente ou representante comercial e registro no Conselho Regional	699
7. Denúncia do contrato	699
8. Obrigações do agente ou representante e do proponente ou representado.....	700
9. Extinção do contrato.....	700
10. A indenização na resolução injusta ou imotivada do contrato	702
11. Agência ou representação comercial e relação de emprego.....	703
CAPÍTULO XXXII – DISTRIBUIÇÃO E CONCESSÃO COMERCIAL.....	706
1. Caracterizações	706
2. Partes integrantes no contrato de distribuição ou concessão	710
3. Objeto do contrato de distribuição ou concessão	711
4. Natureza do contrato de distribuição ou concessão	712
5. Limites na aquisição de quotas de bens no contrato de concessão.....	713
6. Fixação dos preços dos bens fornecidos ao concessionário e ao distribuidor	715
7. Cláusula de exclusividade de revenda no contrato de distribuição e de concessão ...	715
8. Forma e prazo do contrato de distribuição e de concessão	717
9. Obrigações do titular dos bens entregues na distribuição e concessão.....	718
10. Obrigações do distribuidor e do concessionário.....	719
11. Resolução do contrato de distribuição ou concessão	720
12. Convenções entre produtores e distribuidores ou concessionários.....	721
13. Ressarcimento na rescisão imotivada do contrato de distribuição e concessão ...	722
CAPÍTULO XXXIII – CORRETAGEM	727
1. Conceito e caracteres	727
2. Corretagem e mediação.....	728
3. Obrigações.....	729
4. Corretagem no direito empresarial.....	730
5. Corretagem de imóveis e sua regulamentação	732
6. Direito à remuneração	733
7. Opção de venda	736
8. Responsabilidade do contratante no pagamento da remuneração ao corretor....	737
9. Habilitação profissional e direito à remuneração na corretagem de imóveis.....	738

CAPÍTULO XXXIV – TRANSPORTE	740
1. Conceito e características	740
2. Distribuição da competência para o transporte e incidência da regulamentação aplicável.....	741
3. Transporte cumulativo.....	743
4. Transporte de pessoas.....	744
4.1. Bagagem do passageiro e direito de retenção	745
4.2. Obrigações e responsabilidades do transportador.....	746
4.3. Obrigações do passageiro.....	749
4.4. A culpa da vítima no transporte oneroso.....	749
4.5. O transporte gratuito	751
4.6. Transporte e culpa de terceiro	753
4.7. Recusa de passageiro.....	754
4.8. Rescisão do contrato	754
4.9. Interrupção da viagem.....	755
5. Transporte de coisas.....	756
5.1. Conhecimento	757
5.2. Informação inexata ou falsa descrição, e mercadoria com embalagem inadequada	759
5.3. Recusa ao transporte.....	760
5.4. Limites e extensão da responsabilidade.....	761
5.5. Impossibilidade, impedimento e retardamento do transporte	762
5.6. Entrega das mercadorias ao destinatário	764
5.7. Obrigações e responsabilidades do remetente, do transportador e do destinatário.....	766
5.8. Prazo de duração na responsabilidade do transportador	771
5.9. Prazo decadencial e prescricional em questões de transporte	771
5.10. Exoneração de responsabilidade através de cláusula contratual.....	772
5.11. Vistoria e protesto	773
6. Responsabilidade no transporte aéreo.....	776
6.1. Responsabilidade quanto aos danos causados ao passageiro e à bagagem ou carga.....	777
6.2. Responsabilidade quanto aos danos causados a terceiros.....	781
6.3. Responsabilidade decorrente do abaloamento aéreo.....	783
6.4. Prazo de prescrição para a ação de reparação	784
6.5. A responsabilidade segundo a Convenção de Varsóvia e o Código Brasileiro de Aeronáutica	785

6.6. Responsabilidade na perda ou no extravio e na destruição de bagagem ou carga em acidente aeronáutico.....	789
6.7. Responsabilidade no atraso de horários.....	791
CAPÍTULO XXXV – SEGURO E PLANOS DE SAÚDE.....	792
1. Características gerais.....	792
2. Elementos, limites e renovação do contrato	794
3. Cosseguro	800
4. O princípio da boa-fé nas declarações.....	801
5. Espécies.....	803
6. Seguro de danos.....	810
7. Seguro de pessoa.....	815
8. Obrigações do segurado	825
9. Obrigações do segurador.....	827
10. Seguro à conta de outrem.....	829
11. Diminuição do risco	829
12. Mora no pagamento do prêmio.....	830
13. Mora do segurador no pagamento do sinistro	832
14. Agentes autorizados do segurador	832
15. Seguro imobiliário.....	833
16. O Código de Defesa do Consumidor e a prescrição em matéria de seguro	836
17. Seguro e planos de assistência à saúde.....	838
17.1. Conceitos e aspectos gerais	838
17.2. Planos de assistência, operadoras e carteiras de contratos	842
17.3. Órgãos executivos, normativos e fiscalizadores nos planos de assistência	846
17.4. Requisitos para o funcionamento das operadoras de planos de saúde	849
17.5. Elementos do contrato.....	850
17.6. Conceitos de doenças e lesões preexistentes, de segmentações, cobertura parcial temporária, agravo e procedimentos de alta complexidade	851
17.7. Planos de assistência	852
17.7.1. Plano-referência de assistência à saúde.....	853
17.7.2. Espécies de regimes e de planos de assistência à saúde	857
17.8. Doenças e Lesões Preexistentes (DLP) e cobertura parcial temporária.....	866
17.9. Renovação automática dos contratos após o vencimento.....	870
17.10. Proibição em recusar associados e em interromper o internamento	871

17.11. A mudança das contraprestações pecuniárias em função da idade, da sinistralidade ou variação de custos.....	873
17.12. Obrigações dos prestadores de serviços profissionais de saúde.....	877
17.13. Regularização das empresas que já prestam serviços como operadoras de planos de assistência à saúde.....	878
17.14. Fiscalização, obrigações, garantias e liquidação das operadoras	879
17.15. Infrações, penalidades e responsabilidade.....	885
17.16. Procedimentos da aplicação das penalidades.....	888
17.17. Responsabilidade das operadoras, dos administradores e membros dos conselhos	893
17.18. Direitos do empregado nos planos de saúde e rescisão do contrato de trabalho sem justa causa.....	894
17.19. Manutenção do plano ao aposentado e disposições comuns ao ex-empregado demitido ou exonerado sem justa causa	897
17.20. Ressarcimento pelas operadoras dos custos dos serviços de atendimento prestados pelo SUS.....	900
17.21. Cobertura no atendimento de emergência, urgência e de planejamento familiar.....	903
17.22. Intervenção nas operadoras de planos	907
17.23. Incidência da Lei nº 9.656/1998 aos contratos vigentes. Exceções	908
17.24. Interrupção do pagamento das prestações.....	912
CAPÍTULO XXXVI – CONSTITUIÇÃO DE RENDA	915
1. Conceito.....	915
2. Características.....	916
3. Partes.....	917
4. Nulidade da constituição de renda em favor de pessoa já falecida ou que venha a falecer nos trinta dias seguintes à instituição.....	918
5. Direitos e obrigações.....	918
6. Efeitos do contrato	919
7. Extinção do contrato.....	920
CAPÍTULO XXXVII – DO JOGO E DA APOSTA.....	921
1. Definições e elementos componentes.....	921
2. Juridicidade do contrato	922
3. Características do contrato.....	925
4. Dívidas decorrentes do jogo e da aposta	926

5. Dívidas decorrentes de apostas feitas por jogadores em que predomina a capacidade humana na vitória	927
6. A repetição de quantias pagas em jogos e apostas	928
7. Reconhecimento, novação ou fiança de dívida de jogo ou aposta	929
8. Terceiro de boa-fé	930
9. Empréstimo para o jogo e a aposta	930
10. Distinção entre títulos de bolsa, mercadorias ou valores e jogos ou apostas	931
11. Sorteio para a solução de questões	932
12. Loteria, bingo, rifa e turfe	933
CAPÍTULO XXXVIII – FIANÇA	936
1. Conceito e características	936
2. Natureza jurídica	937
3. Espécies e modalidades	938
4. Objeto	938
4.1. Obrigações nulas	939
4.2. Obrigações futuras e obrigações condicionais	939
4.3. Obrigação de dar, fazer e não fazer	940
5. Limites da fiança	940
6. Capacidade para prestar fiança	941
6.1. Consentimento	941
6.2. Incapazes absolutos e relativos	942
6.3. Menores	942
6.4. Sociedade simples ou empresária	942
6.5. Analfabetos	943
7. Fiança prestada pelos cônjuges	943
7.1. Consentimento do cônjuge para prestar fiança e fiança em conjunto	947
7.2. Patrimônio conjugal e meação na fiança sem outorga mútua dos cônjuges	947
7.3. Legitimidade para pedir a anulação da fiança	948
7.4. A fiança prestada por cônjuge empresário	948
7.5. Fiança e interveniência solidária em contratos de concessão de crédito	949
8. Fiança, caução, aval e abono	952
9. Preferência na excussão dos bens e benefício de ordem	953
9.1. Obrigações civis	953
9.2. Obrigações empresariais	956
10. Forma e interpretação da fiança	957

11. Fiança conjunta.....	958
12. Sub-rogação nos direitos do credor e direito de promover o andamento da execução contra o devedor.....	958
13. Recusa e substituição do fiador	960
14. Transmissão da obrigação do fiador aos herdeiros.....	961
15. Exoneração da fiança	962
15.1. Exoneração e fiança sem limitação no tempo	962
15.2. Exoneração por insolvência do devedor após invocação do benefício de ordem.....	964
16. Extinção da fiança	964
CAPÍTULO XXXIX – TRANSAÇÃO	968
1. Concessões mútuas. Conceito de transação e visão histórica	968
2. Características e natureza.....	969
3. Situações configuradoras de transação.....	973
4. Requisitos	973
5. Modalidades de transação.....	974
6. Objeto da transação.....	977
7. Nulidade e anulabilidade da transação.....	979
8. Ação anulatória e não rescisória.....	981
9. Efeitos da transação.....	982
10. Cláusula penal na transação.....	985
CAPÍTULO XL – COMPROMISSO OU ARBITRAGEM	986
1. A solução de litígios por terceiros.....	986
2. Conceito, natureza jurídica e distinções.....	988
3. O regime vigente.....	989
4. O árbitro como juiz de fato e de direito. Constitucionalidade	990
5. Convenção ou cláusula de arbitragem.....	993
6. Autonomia da cláusula compromissória.....	996
7. Compromisso arbitral judicial ou extrajudicial.....	997
8. Os árbitros	998
9. Procedimento arbitral.....	1001
10. Sentença arbitral.....	1003
11. Nulidade da sentença arbitral.....	1005
12. Sentenças arbitrais estrangeiras.....	1006

CAPÍTULO XLI – PARCERIA E ARRENDAMENTO RURAL	1010
1. Conceitos e caracterização	1010
2. Leis regulamentadoras	1012
3. Natureza do contrato	1013
4. Forma dos contratos.....	1014
5. Prazos de duração.....	1015
5.1. Prazos mínimos para o arrendamento	1015
5.1.1. Arrendamento de lavouras e atividades de exploração florestal	1015
5.1.2. Arrendamento para a exploração da pecuária.....	1016
5.2. Prazos mínimos para a parceria	1016
5.3. Contratos com prazo indeterminado	1018
6. Renovação ou prorrogação do contrato	1018
7. Direito de preferência ou preempção na alienação do imóvel	1021
7.1. Concorrência de vários arrendatários	1022
7.2. Depósito do preço da venda	1023
7.3. Concorrência do condômino e do arrendatário no direito de preferência	1023
7.4. Direito de preferência ou indenização por perdas e danos.....	1024
7.5. Extensão do direito de preferência à parceria	1024
7.6. Abrangência do pedido de preferência a toda a área do imóvel	1025
7.7. Procedimento judicial para o exercício do direito de preferência	1026
8. Benfeitorias e direito de retenção.....	1027
9. Fixação do preço ou remuneração	1028
9.1. No arrendamento	1028
9.1.1. Valor real do imóvel para arbitrar o preço ou remuneração do arrendamento	1030
9.1.2. Preço potencial da área não arrendada.....	1030
9.1.3. Arrendamento de imóvel com benfeitorias.....	1031
9.1.4. Reajuste do preço ou remuneração	1031
9.2. Na parceria	1032
10. Extinção do contrato.....	1033
11. Ação de despejo	1035
12. Ação de reintegração de posse.....	1037
13. Venda de imóvel rural objeto de arrendamento ou parceria.....	1037
14. Subarrendamento e subparceria.....	1037

CAPÍTULO XLII – SOCIEDADE	1039
1. Enquadramento no Código Civil, caracteres e conceito	1039
2. Natureza jurídica	1040
3. Elementos ou requisitos.....	1041
4. Classificação das sociedades	1042
4.1. Sociedade empresária e sociedade simples	1043
4.2. Sociedades personificadas e sociedades não personificadas	1047
5. Constituição das sociedades	1048
5.1. Sociedades simples	1048
5.2. Sociedades empresárias	1050
5.3. Fundações particulares.....	1053
6. Espécies de sociedades personificadas.....	1056
7. Espécies de sociedades não personificadas.....	1076
8. Resolução de quota de sócio e dissolução da pessoa jurídica.....	1082
8.1. Resolução da quota do sócio e procedimento judicial	1082
8.2. Dissolução total da sociedade.....	1086
9. A liquidação da sociedade.....	1092
10. Transformação, incorporação, fusão, cisão e alteração das pessoas jurídicas	1095
11. Formas especiais de sociedades	1098
11.1. Condomínio	1098
11.2. Associações	1099
11.3. Sindicatos.....	1102
11.4. Sociedade entre cônjuges	1103
12. Administração da sociedade	1104
13. Direitos e deveres dos sócios.....	1106
14. Responsabilidade das sociedades	1109
15. Responsabilidade dos administradores e sócios pelas obrigações das sociedades	1110
16. Obrigações da sociedade e dos sócios relativamente a terceiros.....	1115
17. Responsabilidade dos sócios pelas obrigações fiscais das pessoas jurídicas.....	1117
18. Obrigações pessoais dos sócios	1119
CAPÍTULO XLIII – EDIÇÃO E DIREITO DE AUTOR	1120
1. O contrato de edição	1120
2. Autoria, registo e propriedade das obras intelectuais	1123
3. Obras protegidas.....	1125

4. Retribuição	1128
5. Prazos do contrato e da conclusão da obra	1128
6. Cessão ou transferência dos direitos de autor	1129
7. Direitos e deveres do editor e do autor	1131
8. Duração dos direitos do autor e extinção do contrato	1135
9. Obras intelectuais do domínio público	1136
10. Publicação, propagação e a utilização da obra.....	1136
11. Autorização do autor para a utilização da obra.....	1147
12. Obras excluídas da proteção e limitações ao direito de autor	1148
13. Utilização econômica de obras intelectuais em representações e execuções públicas.....	1150
14. Direitos conexos	1153
15. Direito de arena	1156
16. Obra de encomenda	1157
17. Associações de titulares de direitos de autor e dos direitos que lhe são conexos ...	1159
18. Violações dos direitos autorais	1161
19. Obra publicada em diários e periódicos.....	1163
20. Obra de engenharia e arquitetura.....	1164
21. Representação dramática.....	1165
21.1. Características, partes e forma.....	1166
21.2. Representação em espetáculos públicos.....	1167
21.3. Prazo e extinção do contrato	1168
21.4. Livre representação ou execução.....	1169
21.5. Direitos e obrigações.....	1169
22. Direito de autor e <i>software</i>	1170
CAPÍTULO XLIV – ARRENDAMENTO MERCANTIL.....	1176
1. Terminologia.....	1176
2. Definição.....	1177
3. Elementos integrantes do conceito de arrendamento mercantil.....	1179
4. Origens do instituto	1179
5. O arrendamento mercantil no Brasil	1180
6. Espécies de arrendamento mercantil.....	1181
6.1. O arrendamento mercantil operacional	1181
6.2. O arrendamento mercantil financeiro.....	1184
6.3. O arrendamento mercantil contratado com o próprio vendedor.....	1185

6.4.	O arrendamento mercantil contratado com empresas integrantes do mesmo grupo financeiro	1187
7.	Relações obrigacionais que compõem o arrendamento mercantil.....	1188
7.1.	Promessa sinalagmática de locação	1188
7.2.	Relação de mandato especial	1188
7.3.	Locação da coisa	1189
7.4.	Compromisso unilateral de venda	1189
7.5.	Possibilidade de compra e venda.....	1189
8.	Características do arrendamento mercantil.....	1190
8.1.	Caráter de locação	1190
8.2.	Caráter de financiamento	1190
8.3.	Estrutura bilateral ou sinalagmática	1190
8.4.	Onerosidade intrínseca à natureza do negócio	1190
8.5.	Comutatividade	1191
8.6.	Contrato de execução sucessiva	1191
8.7.	Operação firmada em função da pessoa	1191
8.8.	Enquadramento legal típico	1191
8.9.	Forma consensual.....	1191
8.10.	Formalismo quanto aos elementos componentes do contrato.....	1192
8.11.	Caráter do contrato de adesão	1193
9.	Elementos componentes do contrato de arrendamento mercantil.....	1193
9.1.	Descrição dos bens.....	1193
9.2.	Prazo	1194
9.3.	Valor ou fórmula de cálculo das contraprestações e o critério para o reajuste	1194
9.4.	Forma e planos de pagamento das prestações	1195
9.5.	Condições para o exercício do direito de opção	1196
9.6.	Opção de compra	1196
9.7.	Despesas e encargos adicionais	1197
9.8.	Substituição do bem arrendado.....	1198
9.9.	Cláusulas adicionais	1199
9.10.	Vistoria dos bens pela sociedade arrendante.....	1199
9.11.	Inadimplemento das obrigações pelo arrendatário e destruição, perecimento ou desaparecimento do bem arrendado.....	1199
9.12.	Transferência do bem arrendado a terceiros	1199
9.13.	Opção de compra exercida antes do término do prazo contratual.....	1200
9.14.	Obrigações do arrendante e do arrendatário.....	1200

10. Partes integrantes do contrato de arrendamento mercantil	1200
10.1. Empresa de arrendamento mercantil	1200
10.2. Arrendatário.....	1203
10.3. Empresa fornecedora	1204
11. Bens objeto do contrato de arrendamento mercantil	1205
11.1. Bens móveis.....	1205
11.2. Bens imóveis	1206
12. Procedimentos judiciais no arrendamento mercantil	1208
12.1. Cobrança executiva de encargos e aluguéis	1208
12.2. Purgação da mora pelo arrendatário	1208
12.3. Ação de reintegração de posse contra o arrendatário	1209
12.4. A insolvência do arrendatário	1211
12.5. Penhora de direitos creditórios do arrendatário	1212
CAPÍTULO XLV – CONSÓRCIOS	1213
1. Caracterização.....	1213
2. Exigências legais para a formação do consórcio	1215
2.1. No tocante às sociedades.....	1215
2.2. No tocante ao regulamento do consórcio	1217
3. Sistemática do sorteio e dos lances.....	1218
4. Consórcio de bens imóveis.....	1219
5. Mora do consorciado em receber a carta de crédito.....	1220
6. A alienação fiduciária e outras garantias oferecidas no contrato de consórcio	1221
7. Responsabilidade dos patrocinadores do consórcio.....	1222
8. Desistência do consorciado e devolução das quantias pagas.....	1223
9. Ação para obrigar a entrega do bem.....	1225
10. Anomalia no mercado de bens e elevação do preço.....	1226
CAPÍTULO XLVI – ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA	1228
1. Fidúcia.....	1228
2. Negócio fiduciário	1229
3. Alienação fiduciária em garantia.....	1230
4. Alienação fiduciária e negócio fiduciário.....	1232
5. Tipicidade e natureza da alienação fiduciária.....	1232
6. Caráter acessório da alienação fiduciária	1233
7. Posse, domínio e tradição na alienação fiduciária	1234

8. Objeto da alienação fiduciária	1235
8.1. Coisas móveis, imóveis e direitos creditórios	1235
8.2. Coisas fungíveis, infungíveis, cessão de direitos e créditos	1236
9. Forma e registro da propriedade fiduciária	1239
10. O registro na alienação fiduciária de veículos automotores	1240
11. Efeitos do registro quanto à falência e recuperação judicial ou extrajudicial do empresário e das empresas	1242
12. Financiamento com alienação fiduciária de bens já integrados no patrimônio do alienante.....	1243
13. Sociedades habilitadas a conceder financiamento com alienação fiduciária em garantia	1245
14. Simulação no contrato de alienação fiduciária e inexistência do bem	1247
15. Venda do bem alienado fiduciariamente e extensão da alienação fiduciária nas transferências do bem alienado	1247
16. Inadimplência do devedor e meios processuais para a satisfação do crédito.....	1248
17. Saldo devedor e venda extrajudicial.....	1251
18. Posição de depositário do alienante-devedor	1254
19. Constituição em mora	1255
20. Impossibilidade da prisão civil	1255
21. A posição do terceiro que paga a dívida.....	1257
22. Posição do avalista na venda extrajudicial	1257
23. Aplicação de normas do penhor, da hipoteca e da anticrese e vencimento da dívida.....	1259
CAPÍTULO XLVII – INCORPORAÇÃO IMOBILIÁRIA	1262
1. Conceito.....	1262
2. Partes Integrantes do Contrato.....	1263
3. Objeto do contrato	1265
4. Formalização e elementos da incorporação.....	1266
4.1. Prazo de validade do registro da incorporação e da carência para a desistência do empreendimento	1269
4.2. Prazo para formalizar o contrato relativo à fração ideal do terreno, e o contrato de construção e a convenção do condomínio.....	1269
4.3. Ônus reais ou fiscais que gravam o imóvel	1270
4.4. Averbação das vendas de unidades do prédio	1271
4.5. Afetação do imóvel e outros bens na incorporação.....	1271
5. Celebração dos contratos com os adquirentes.....	1273

6. Modalidades de contratos de construção do edifício	1275
7. Obrigações e direitos do incorporador.....	1276
8. Obrigações e direitos do adquirente	1280
9. Assembleia geral dos contratantes e comissão de representantes.....	1282
10. Convenção dos condôminos.....	1285
10.1. Convenção não registrada e obrigações dos condôminos	1286
11. Rescisão do contrato por inadimplência junto ao incorporador	1287
12. Rescisão do contrato por inadimplência do adquirente nas incorporações contratadas pelo regime de empreitada ou administração.....	1290
13. Responsabilidade pelas unidades não vendidas	1291
14. Direito de retenção	1292
15. Alterações no projeto e na construção	1292
 CAPÍTULO XLVIII – CARTÕES DE CRÉDITO	 1294
1. Caracterização e finalidade	1294
2. Entidades emissoras	1295
3. Partes integrantes.....	1296
4. Forma e utilização do cartão de crédito	1297
5. Relações jurídicas entre os contratantes.....	1298
6. Natureza do contrato	1299
7. Responsabilidade do fornecedor de mercadorias ou serviços.....	1300
8. Extravio, perda ou roubo do cartão	1301
9. Caráter de instituição financeira das operações realizadas pela administradora....	1303
10. Não enquadramento da administradora como instituição financeira	1304
11. Atuação da administradora como mandatária ou como integrante de instituição financeira	1305
12. Não configuração do crime de usura na cobrança de juros superiores à taxa legal.....	1306
13. Aplicação do Código de Defesa do Consumidor	1307
 CAPÍTULO XLIX – NOVAS FORMAS CONTRATUAIS	 1308
1. Aspectos gerais.....	1308
2. <i>Know-how</i> ou contrato de venda de tecnologia.....	1308
3. <i>Engineering</i>	1311
4. <i>Factoring</i> ou faturização	1311
5. Franquia ou <i>franchising</i>	1316
6. Contrato de capitalização	1324

CAPÍTULO L – CONTRATOS BANCÁRIOS	1326
1. Atividade bancária e classificação dos estabelecimentos bancários	1326
2. Depósito bancário	1328
3. Abertura de crédito	1332
4. Desconto bancário.....	1334
5. Redescoto	1336
6. Contas-correntes	1336
7. Antecipações bancárias.....	1339
8. Cartas de crédito.....	1340
9. Empréstimo bancário.....	1341
10. Crédito documentado ou documentário	1342
11. Operações de câmbio	1344
12. Caderneta de poupança	1344
13. Contrato de custódia e guarda de valores	1345
14. Cobrança de títulos	1345
15. Transferência de numerário	1346
16. Arrecadação de valores.....	1346
BIBLIOGRAFIA	1347